

■ POLÍTICA

13 JUN 1995

Comissão do Senado propõe controle de obras inacabadas

por Letícia Borges
de Brasília

Acabar com o festival de emendas ao Orçamento, com destinação de verbas para novas obras pode ser um dos efeitos colaterais de uma comissão especial do Senado que tem como finalidade "inventariar as obras não concluídas, custeadas pela União, e examinar sua situação". "Um ano de paralisação implica aumento de 50% nos custos de uma obra, sem falar na riqueza que se deixa de produzir, em prejuízo do desenvolvimento econômico e social do País", afirma o presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

A bancada de Pernambuco no Senado, aliás, quer dar o exemplo. Apesar de pertencerem a partidos diferentes, Carlos Wilson, Roberto Freire (PPS) e Joel de Holanda (PFL), pretendem apresentar emendas conjuntas, elaboradas a partir do trabalho da comissão. Carlos Wilson explica que não é objetivo dos senadores carimbar as obras, dizendo quais são e quais não são prioritárias e que essa se-

leção será discutida também com prefeitos e vereadores.

Os dados já levantados e os que começam a chegar à comissão são impressionantes. Carlos Wilson lembra um caso de uma obra em Mato Grosso que permanecia inconclusa depois de nove anos, embora o prazo previsto no contrato para realização dos serviços fosse de 150 dias. Há uma estrada no Maranhão sendo construída há trinta anos e uma ponte ligando os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há treze, embora os estados tenham cumprido a sua parte no contrato. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) lembra que deixou uma obra no seu estado, ao sair do governo, faltando apenas 10% para a conclusão - a barragem Petrólio Portela. Dez anos depois, ainda faltam os mesmos 10%.

Ex-secretário Nacional de Irrigação, Carlos Wilson fez um levantamento: a conclusão de 37 obras, que já tinham entre 50 e 95% de seus cronogramas físicos executados, seria suficiente para irrigar mais de 70 mil hectares de terras, o

mesmo volume irrigado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em vinte anos.

Outro aspecto grave do problema é que as obras frequentemente envolvem empréstimos internacionais, com contrapartidas do governo brasileiro. Segundo Carlos Wilson, de 1990 a 1994, o Brasil captou US\$ 5 bilhões de empréstimos internacionais e pagou, no mesmo período, os mesmos US\$ 5 bilhões de juros mais taxas de permanência (sobre o dinheiro que não é utilizado, embora esteja disponível).

Manter uma obra parada, afirma ainda o senador, sai caro: se ela passa quatro anos nesta situação, para retomá-la, calcula-se um acréscimo de 100% no seu valor. A partir de cinco anos, ela não pode nem ser continuada, pois seria necessária nova licitação.

A comissão já se reuniu com o presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Villafaça, que cedeu técnicos para o acompanhamento dos trabalhos.